

Prolegômenos ao estudo da história da ‘estilística’

Marina Albuquerque

Prof. Dr. Henrique Cairus

RESUMO: O artigo apresenta alguns resultados de um estudo histórico do conceito de ‘estilística’ (e sua relação com os de ‘figura’ e ‘trope’) nas gramáticas normativas do Português usadas tradicionalmente nas escolas brasileiras. Toma-se como ponto de partida o espaço ocupado pelo tema nas gramáticas e as raízes antigas desse lugar. Para tanto, recorre-se às gramáticas da Antiguidade Ocidental, que também servirão de necessário material documental para a compreensão e historicização dos conceitos de figura e trope, que raramente são discernidos entre si nas gramáticas modernas.

Palavras-chave: estilística; gramática; figuras de linguagem; tropos.

ABSTRACT: This paper presents some results of a historical study on the concept of ‘stylistics’ (and its relation with those of ‘figure’ and ‘trope’) in Portuguese normative grammars traditionally used in Brazilian schools. It was taken as starting point the space occupied by the theme in grammars and its ancient roots. Therefore, grammars from Western Antiquity were resorted, which will also serve as necessary documental material to comprehend and historicize the concepts of figure and trope, rarely discerned from each other in modern grammars.

Keywords: stylistics; grammar; figures of speech; tropes.

Introdução

O termo ‘estilística’, atualmente quase abandonado pelas pesquisas na grande área de Letras e Linguística, já foi largamente empregado por estudos urdidos na relação entre os textos literários (canônicos) e as abordagens linguísticas. O conceito relativo a esse termo, no entanto, parece ter sido bastante vago ou oscilante, variando entre a expressão de uma análise literária a partir de dados linguísticos e certos resquícios dos estudos retóricos, proscritos dos currículos.

Interessa-nos aqui perscrutar uma parte da história do conceito de estilística, tomando como ponto de partida sua presença nas gramáticas que faziam do uso seu alvo

(as normativas) e não seu ponto de partida (as expositivas). Esse, contudo, é apenas um pequeno capítulo da história de um conceito que serviu a vários propósitos.

Seguimos o rastro das definições expostas mais adiante, para buscar nas gramáticas as partes equivalentes à estilística, mesmo quando essa não é assim nomeada. Tal abordagem ensejou uma proposta para a compreensão da presença de elementos relativos aos estudos literários numa obra dedicada à normatização do uso da língua.

Este artigo apresentará, portanto, alguns resultados de uma pesquisa que aborda a Gramática como gênero discursivo, apresentado em obras que são hoje expressões de um pensamento linguístico tradicional e com objetivos – declaradamente ou não – normativos.

O nosso escopo aqui é, enfim, especificamente, entender a razão de ser e a localização da parte geralmente intitulada “Estilística” (ou “Rudimentos de Estilística e Poética” ou “Métrica” etc.) nas gramáticas normativas brasileiras. É de nosso interesse, portanto, saber se o horizonte dessas partes é a linguagem literária, o uso retórico ou algo que pudesse ser considerado “supra-gramatical”.

O capítulo de “Estilística e Métrica”, localizando-se quase sempre no fim das gramáticas, oferece costumeiramente subsídios (técnicos) à análise literária, apesar de ser visto como parte da Gramática. Sua existência é pouco ou nada comentada pelos gramáticos nos prefácios e nos demais lugares das gramáticas.

Um exemplo disso é a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, ter em seu prefácio a divisão da gramática em “Fonética” (ou “Fonética e Fonologia”, na edição de 1980), “Morfologia” e “Sintaxe”, desconsiderando completamente a existência da parte final intitulada “Rudimentos de Estilística e Poética” (esta correspondente à edição de 1980, enquanto na de 1957 é chamada apenas “Estilística”).

Foi observada a apresentação (prefácio ou equivalente) – tanto geral quanto das partes pesquisadas – nas gramáticas eleitas como *corpus* a fim de buscar ali justificativas para a presença dessas partes, além de uma articulação com o resto da obra. Essa procura, no entanto, revelou-se infecunda, o que gerou a formulação da seguinte hipótese, com a qual trabalhamos a partir de então: essas partes, deslocadas tematicamente e cuja presença não se justifica nem por si nem pela obra, são alguma espécie (mas qual?) de tributo a uma tradição gramatical antiga (mas até que ponto?).

A relação entre o conceito de ‘estilística’ e as ideias de ‘ornamento’, ‘tropo’ e ‘figura’ levaram a pesquisa à leitura de Donato e Quintiliano, onde se encontram dados para a composição da história não só desses conceitos, como também das figuras e dos tropos específicos.

1. Algumas tentativas de conceituação de ‘estilística’ no século XX

Ao procurar possíveis explicações para o que se chama de ‘estilística’ nesse período, foi encontrado em *Lições de Filologia Portuguesa* (1959 [1911]), de Leite de Vasconcellos, na seção “Plano de Estudos Filológicos”, um registro da falta de “bons estudos gerais” sobre não apenas Estilística, que é nosso foco, mas também sobre Poética e Retórica – estas, perceptivelmente relacionados àquela:

5. Poética, Retórica, Estilística, Estética. Os três primeiros assuntos, se não são de todo novos, não estão ainda esgotados, e são sempre convidativos. Há estudos parciais: de Diez, D. Carolina Michaëlis, Mussafia, Lang sobre a poética; de vários AA. do século XVIII sobre o estilo (nota 5: Citei-os na *A Philologia portuguesa*, Lisboa, 1888, pág. 38 ss.); mas faltam bons estudos gerais. O que se tem escrito sobre Retórica, é só para aulas, e ainda assim, baseado em Quintiliano. De Estética da língua portuguesa nada há por hora. (VASCONCELLOS, 1959 [1911], p. 222)

Tendo Leite de Vasconcellos registrado essa escassez de estudos gerais sobre o nosso objeto, e visando a compreender o que se entendia por ‘estilística’ na época de Rocha Lima, principalmente, buscamos, de início, algumas definições em dicionários linguísticos para o conceito. O *Dicionário de Linguística e Gramática*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr., por exemplo, apresenta, no verbete “estilística”, a seguinte definição:

Disciplina linguística que estuda a expressão (v.) em seu sentido estrito de EXPRESSIVIDADE da linguagem, isto é, sua capacidade de emocionar e sugerir (v. afetividade). Distingue-se, portanto, da gramática (v.), que estuda as formas linguísticas na sua função de estabelecerem a compreensão na comunicação linguística. A distinção entre a estilística e a gramática está assim em que a primeira considera a linguagem afetiva, ao passo que a segunda analisa a linguagem intelectual. (CÂMARA JR., 1984 [1956], p. 110)

Aqui, percebemos, mais uma vez, uma resistência em reconhecer a estilística como parte da gramática, apesar de estar constantemente presente nos compêndios que

conhecemos. Além disso, vale ressaltar a contribuição de Mattoso Câmara Jr. para o divórcio entre Letras e Linguística no Brasil¹ refletida nessa definição que só torna mais obscura a razão de a ‘estilística’ estar ainda presente no final da gramática, uma vez que a finalidade daquela não encontra facilmente lugar nesta.

O *Dicionário de Linguística*, de Jean Dubois, traz várias definições, de diversos autores, no verbete “estilística”. Tal profusão de definições é sintoma, em si, bastante eloquente das dificuldades que o conceito apresenta. Cita, por exemplo, Charles Bally (discípulo de Saussure) que propõe que ‘estilística’ seja o “estudo dos fatos da expressão da linguagem organizada do ponto de vista de seu conteúdo afetivo” (definição similar à de Mattoso Câmara, sempre com termos remetendo à afetividade); de acordo com a segunda definição proposta pelo *Dicionário*, ‘estilística’ é “o estudo científico do estilo das obras literárias”, onde Dubois afirma ter como primeira justificativa para essa acepção a seguinte posição de Roman Jakobson:

Se existem ainda críticas que põem em dúvida a competência da linguística em matéria de poesia, penso por mim que elas devem prender-se à incompetência de alguns linguistas limitados por uma incapacidade fundamental em relação à própria ciência da linguística... Um linguista surdo à função poética, como um especialista em literatura indiferente aos problemas e ignorante dos métodos da linguística constituem, daqui por diante, ambos, um anacronismo flagrante. (JAKOBSON *apud* DUBOIS, 1973, p. 239)

Trata-se evidentemente de uma invectiva militante contra linguistas que se desinteressavam pelo uso literário da língua. Os termos correspondem à intensidade exigida por certo combate no qual, ao que parece, terminaria derrotado Jakobson.

Dubois cita, então, uma assertiva de Pierre Guiraud, segundo a qual “vocação da linguística é a interpretação e a apreciação dos textos literários” (1973, p. 238), para, discordando parcialmente, ratificar o enunciado. Assim, retifica-o, ao escrever, no mesmo verbete citado acima: “ultrapassando a ruína da retórica, a linguística se renova

¹ Carlos Eduardo Falcão Uchôa, ao organizar o volume dos textos dispersos de Mattoso Câmara, publica uma introdução em que relata a trajetória desse mestre fundador. Ali, Uchôa expõe o percurso e os percalços que enfrentou Mattoso Câmara para introduzir no Brasil a disciplina Linguística, promovendo, não sem traumas, um estudo da língua – e não só da língua portuguesa – desvinculado de sua expressão literária (Cf. UCHÔA, 1972, p. viii).

com a gramática antiga a qual, há 2000 anos, deu nascimento à crítica literária” (*ibidem*).

O que pode ser ainda encontrado nas atuais gramáticas brasileiras desse vínculo histórico entre a gramática e a análise dos poemas não é, ainda, muito abordado e, por isso, pouco compreendido. Na tentativa de explicar a existência de uma parte dedicada à análise literária dentro de um gênero discursivo que deixou de tê-la como objetivo, pode-se chegar a uma tradição antiga não só da forma, mas também do valor simbólico – e, portanto, legitimador – atribuído ao cânone literário.

Em 1947, Martín Alonso, literato e filólogo espanhol, publicou a obra *Ciencia del lenguaje y arte del estilo*. A importância da obra – que mereceu sucessivas edições e reimpressões, e que se tornou uma referência sobre os estudos estilísticos na Península Ibérica – justifica nosso interesse por ela.

O título, tão expressivo, embora indique uma cisão entre estudo da linguagem e estudo do estilo, significativamente identificados como “ciência” e “arte”, respectivamente, não tem respaldo exato no conteúdo da obra. Não porque a obra negue propriamente o título, mas porque este a complexifica em tal nível, que já não seria mais possível reconhecer nela uma dicotomia tão simples. Isso é notado, por exemplo, no trecho em que o autor afirma que “A Estilística, como investigação do subjetivo na língua corrente, adquire hoje responsabilidade científica. Como ciência dos estilos, interpreta o acento pessoal na expressão literária de um autor” (1970 [1947], p. 352)² atribuindo, assim, caráter cientificista à Estilística.

Num outro momento, o autor tem a preocupação de distinguir a Estilística da Retórica, o que evidencia proximidade entre ambas, pois do contrário qualquer distinção seria dispensável. Diz Martín Alonso:

A Estilística moderna tem pouco em comum com a Retórica tradicional. Não se contenta em avaliar o exato valor literário da obra estudada, em uma prevista escala de classificações; reduz sua estrutura a um padrão: personagens, diálogo, ação..., assunto, trama e desenlace. Nem trata apenas de formas expressivas mais características da recriação estética, ou, como afirma Amado Alonso, “das

² “La Estilística, como investigación de lo subjetivo en la lengua corriente, adquire hoy responsabilidad científica. Como *ciencia de los estilos*, interpreta el acento personal en la expresión literaria de un autor”. As traduções que constam deste artigo são propostas pelos autores, salvo quando houver indicação de outros tradutores.

vivências estéticas originais que as determinaram”. (ALONSO, 1970 [1947], p. 352)³

E há ainda, nessa obra, a seguinte proposta de classificação: “Nós vamos reduzir as tendências da Estilística moderna a duas: a da fala corrente (*Estilística lingüística*) e da fala literária (*Estilística literária* ou ciência da Literatura)” (1970 [1947], p. 353)⁴. Martín Alonso chega a declarar: “A Estilística é a única possível ciência da literatura” (1970 [1947], p. 355)⁵. Em seguida, afirma que a estilística (literária) é uma disciplina em formação e que ela se aplica a um autor, a uma “escola” ou até mesmo a um período. Segundo Alonso ainda, tal estilística tem por fim último a interpretação filológica dos textos, e, nesse sentido, ela se distanciaria dos postulados de Charles Bally (*ibidem*), mas – acrescentaríamos – se aproxima surpreendentemente da concepção de κρίσις ποιημάτων de Dionísio, que será apresentada adiante.

Parece-nos que Martín Alonso encaminha as ideias de Vossler e Hatzfeld – para citar as dos autores basilares mencionados pelo próprio Martín Alonso – em direção a uma cientificização da literariedade a partir do uso das figuras e tropos codificados nas obras referenciais e empregados pelos autores canônicos, que, assim, descrevem e promovem uma dilatação concêntrica do cânone, dentro de uma dialética polarizada pela “Estilística lingüística” e pela “Estilística literária”.

2. A ‘estilística’ como parte (final) da Gramática

A *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, como já mencionado, foi tomada como primeira amostragem, pelas seguintes razões: (1) é uma das poucas gramáticas que se assumem normativas desde o título; (2) é uma obra referencial na formação escolar de várias gerações de brasileiros; e (3) há uma visível valorização dos escritores portugueses e brasileiros, colocando-os não só como exemplos do “bom uso da língua” na parte de Sintaxe, mas também por haver, em

³ “La Estilística moderna tiene poco de común con la Retórica tradicional. No se contenta con tasar el exacto valor literario de la obra estudiada, en una prevista escala de clasificaciones; reduce su estructura a un padrón: caracteres, diálogo, acción..., asunto, trama y desenlace. Ni trata sólo de formas expresivas más características a la recreación estética, o, como afirma Amado Alonso, ‘a las vivencias estéticas originales que las determinaron’”.

⁴ “Nosotros vamos a reducir las tendencias de la Estilística moderna a dos: la del habla corriente (*Estilística lingüística*) y del habla literaria (*Estilística literaria* o ciencia de la Literatura)”.

⁵ “La Estilística es la única posible ciencia de la Literatura”.

uma das primeiras páginas da Gramática, uma imagem de Luiz de Camões segurando *Os Lusíadas* e, logo abaixo, um poema de Manuel Bandeira. O fato de esse tributo à literatura estar presente em todas as edições analisadas é, no mínimo, digno de atenção, e parece-nos sinalizar a manutenção do lugar de destaque da literatura na obra.

Em outras gramáticas, a abordagem segue a mesma perspectiva, e resultados preliminares já mostram as mesmas tendências em obras como a *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus* (1978) e *Moderna gramática brasileira* (2001), ambas de Evanildo Bechara e a *Nova gramática do português contemporâneo* (1985), de Celso Cunha e Lindley Cintra. Esta última, com a interessante característica de autodenominar-se gramática expositiva⁶.

A obsessão científicizante do século XIX contaminou de forma duradoura não só os estudos gramaticais, como também o ensino de línguas clássicas e vernáculas. No lastro dessa tendência, a ‘estilística’ foi compelida às margens – por vezes ornamentais – de uma abordagem de pretensões à precisão absoluta, mas que, ela toda, não se distanciava muito de categorização de figuras e solecismos baseada na já ancestral *auctoritas*. Não se pode negligenciar, pois, o legado do século XIX. Parte de nosso vínculo com a tradição gramatical passa por esse crivo, e, por isso, deve-se examiná-lo. António Cândido de Figueiredo é uma contribuição fundamental para a melhor compreensão do conceito de ‘estilística’ no século XX. Para além disso, o valor que Cândido de Figueiredo confere à ‘estilística’ tem especial relevância, e tal relevância se verifica em sua *Gramática Sintética da Língua Portuguesa* (1955) pela forma como inclui a ‘estilística’ na seção de Sintaxe, que se divide em três partes: 1ª Sintaxe lexicológica; 2ª Sintaxe fraseológica; 3ª Sintaxe estilística.

Observou-se, desde já, que, nas gramáticas do vernáculo, a parte intitulada frequentemente "Estilística" privilegia o estudo das figuras (de linguagem, de estilo etc.) e, por vezes, aparecem os tropos, mas em todas as obras analisadas, apenas como sinônimo de figuras.

⁶ “Gramática expositiva” é uma expressão que, em 1907, foi usada por Eduardo Carlos Pereira para expressar a ideia de uma gramática “lógica na expressão do pensamento”, como o autor diz no prólogo da primeira edição, que se opõe à gramática puramente histórica, que correspondia, então, a uma forma nova de abordagem. Portanto, há dois usos do termo: um que se opõe à gramática normativa (onde a “expositiva” apenas aponta os usos, sem ênfase na prescrição e sem deixar de fazê-la), e outro, que contrasta com a “gramática histórica”.

3. Configuração da ‘estilística’ a partir de gramáticos antigos

Como foi mencionado no capítulo anterior, a parte final da gramática chamada “Estilística” tem, de modo geral, seu núcleo constituído pelas figuras (normalmente ditas “de linguagem”, mas há variantes) e, por essa atenção especial às figuras, o estudo foi remetido à Antiguidade, especificamente a retóricos e gramáticos gregos e latinos, além dos textos de exercícios retóricos conhecidos como *Progymnasmata*.

Inicialmente, voltamos à gramática mais antiga do Ocidente que temos, de Dionísio Trácio, por trazer, em seu próêmio, a seguinte assertiva: “a parte sexta é o julgamento dos poemas, o qual é o mais belo de todas as coisas que estão nessa arte [da gramática]”. A posição dessa parte exclusivamente poética nos interessou, de início, por aparentemente corresponder ao lugar da parte chamada “Estilística” nas gramáticas tradicionais que servem de *corpus* a essa pesquisa: o fim da lista. Diz Dionísio:

Μέρη δὲ αὐτῆς ἐστὶν ἕξ· πρῶτον ἀνάγνωσις ἐντριβῆς κατὰ προσῳδίαν, δεύτερον ἐξήγησις κατὰ τοὺς ἐνυπάρχοντας ποιητικοὺς τρόπους, τρίτον γλωσσῶν τε καὶ ἱστοριῶν πρόχειρος ἀπόδοσις, τέταρτον ἐτυμολογίας εὔρεσις, πέμπτον ἀναλογίας ἐκλογισμὸς, ἕκτον κρίσις ποιημάτων, ὃ δὴ κάλλιστόν ἐστι πάντων τῶν ἐν τῇ τέχνῃ

As partes dela [da gramática] são seis: primeira: leitura esmerada na prosódia; segunda: a explicação dos tropos poéticos contidos [no texto]; terceira: a imediata elucidação da enunciação e do enunciado⁷; quarta: adescoberta⁸ da etimologia; quinta: o arrolamento de analogias; sexta: o julgamento⁹ dos poemas, a qual é [a parte] mais bela de todas na arte [gramatical].

Essa sexta parte, porém, não é senão um julgamento poético estritamente filológico, enquanto a segunda parte, dedicada aos tropos, tem provavelmente o objetivo mais próximo do que se tem na parte moderna chamada “Estilística”. Assim, ainda que a obra *quae superest* de Dionísio Trácio indicasse e prescrevesse o que a poesia fosse, mesmo que por razão ecdótica, parte – e parte última – da gramática, ficaria uma grave lacuna para se entender como também foram lançados ao mesmo lugar os tropos e as figuras.

⁷ Ou, segundo LALLOT (1998, pp. 77-79), “palavras raras e narrativas”. A argumentação de Lallot para sua tradução de γλῶσσα por “palavra rara” é fundamentada em muitas ocorrências de γλῶσσα como “barbarismo”. Preferiu-se aqui, no entanto, uma tradução mais próxima de um significado menos técnico do termo, que, de resto justificasse seu emparelhamento sindético com ἱστορία.

⁸ εὔρεσις – descoberta, achamento.

⁹ Subentende-se um julgamento filológico.

As *Artes* de Donato foi uma leitura que respondeu melhor essa questão. Além de os capítulos “5. Sobre as figuras” e “6. Sobre os tropos”¹⁰ serem os últimos do tratado final de sua gramática (*Arte Maior III*), há em cada um deles um catálogo detalhado de figuras e tropos, respectivamente. Donato, sem postular definição, propõe, por meio desse catálogo, uma distinção entre tropos e figuras, em que, de resto, não é acompanhado pelas gramáticas atuais.

Um exemplo dessa configuração moderna diferenciada encontra-se no capítulo 33 da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, contido na parte “Rudimentos de Estilística e Poética”, que se intitula “Figuras de linguagem: os tropos”. Além do título sugestivo, o autor ainda classifica as figuras de linguagem em “– De palavras (ou tropos).”, “– De construção.” e “– De pensamento.”, insistindo em tratar figuras e tropos como sinônimos também no momento de listar um tipo específico de figura - de palavras -, como foi visto.

Se Donato define pouco *tropo* e sequer define *figura*, Quintiliano, no início do livro nono, relata possíveis motivações para a dificuldade em distingui-los, e a confusão que alguns autores fazem com esses conceitos. Nas palavras de Quintiliano:

Nam plerique has tropos esse existimaverunt, quia, sive ex hoc duxerint nomen, quod vertant orationem, unde et motus dicuntur, fatendum erit esse utrumque eorum etiam in figuris, usus quoque est idem: nam et vim rebus adiinciunt et gratiam praestant. Nec desunt qui tropis figurarum nomen imponant, quorum est C. Artorius Proculus. Quin adeo similitudo manifesta est, ut ea discernere non sit in promptu.

De fato, a maior parte [dos autores] pensaram que elas [as figuras] eram, tropos, pois ou já tomavam estes o nome do que, de certo modo, tem sua forma, ou de que mudam a oração, de onde também se o chama de 'movimentos': será necessário confessar que um e outro deles se verifica também nas figuras. O uso é também o mesmo, pois acrescentam força às coisas e lhes dão graça. E não falta quem aponha aos tropos o nome de figura, entre os quais, Artório Próculo, pelo que é mais necessário assinalar a diferença que existe entre essas duas coisas.

Após tal constatação, no entanto, Quintiliano não só define ambos, como afirma ser de maior importância diferenciá-los:

Quo magis signanda est utriusque rei differentia. Est igitur tropos sermo a naturali et principali significatione translatus ad aliam ornandae

¹⁰ Tradução de Lucas C. Dezotti (2011).

orationis gratia, vel, ut plerique grammatici finiunt, dictio ab eo loco, in quo propria est translata in eum, in quo propria non est; figura, sicut nomine ipso patet, conformatio quaedam orationis remota a communi et primum se offerente ratione.

É mister assinalar o que diferencia um do outro. É, de fato, o tropo uma maneira de dizer transladada da significação natural e principal a uma outra graças ao intento de ornar a oração, ou como definem muitos gramáticos, é um dito transladado do lugar que lhe é próprio para um que não lhe é próprio; a figura, tal como indica seu nome, é uma conformação de oração distanciada do comum e da ratio¹¹ que se oferece primeiramente.

É registrada, nesse momento, a confusão existente, na época, entre os conceitos de ‘tropo’ e de ‘figura’. A mesma confusão, porém, não se estende diretamente à Modernidade, uma vez que a relevância do discurso de Quintiliano é suficiente para que a tradição posterior a ele se torne homogênea novamente. Em algum momento, porém, entre os gramáticos leitores diretos de Quintiliano e os gramáticos da Modernidade, essa distinção se perdeu novamente, como vimos na gramática de Rocha Lima.

José Luiz Fiorin, em *Figuras de retórica*, afirma que “A retórica que se dedicou a estudar apenas as figuras, abandonando o exame da dimensão argumentativa, considerou os tropos, que indicam uma mudança de sentido, como uma classe das *figuras*” (2014, p. 28). E diz ainda que, pelo fato de a unidade básica do tropo ser a palavra, e que nele um sentido literal é substituído por um sentido figurado, os tropos são chamados de figuras de palavras (*ibidem*).

Como foi visto, entretanto, em Rocha Lima, os gramáticos não interpretam necessariamente dessa mesma forma, como uma classe das figuras, mas, por vezes, como sinônimo de toda a categoria “figuras de linguagem”. Um de nossos trabalhos ulteriores, portanto, será o de promover o mapeamento dessa distinção – ou sua ausência – nas gramáticas vernaculares.

Conclusão

¹¹ Sobre os conceitos de *ratio* e *usus*, cf. TORZI (2000) e FORTES (2012).

Uma parte substancial do ensino de língua portuguesa (como primeira língua) foi dedicada, pelo menos desde o século XIX, a algo que se referia a certa expressividade literária ou retórica, a partir de exemplos de autores que transitassem ora pela eloquência, ora pela grandiloquência.

Nas gramáticas antigas, assim como nas modernas, a preocupação com a língua se imiscuía com a atenção à literatura, e os conceitos de ‘figura’ e de ‘trope’ eram respaldados pela *auctoritas exemplorum*, ou seja, o prestígio literário dos exemplos distinguia o vício da virtude. A *auctoritas* é um conceito de fundamento estritamente axiológico, e forma um acervo legitimador de práticas literárias e, como vemos, gramaticais. Sua mobilidade é limitada, lenta e delicada, porquanto tange questões identitárias evidentes. Desde as antigas *imitatio* e *aemulatio*, práticas muito apreciadas na Antiguidade, até as figuras e os tropos – e, de uma forma analogamente negativa, todos os vícios e solecismos –, as demandas todas de legitimação são atendidas pelo princípio da *auctoritas*.

A fluida ou vaga definição de ‘estilística’ encontra no vocabulário e no contexto emotivo seus elementos mais recorrentes. A utilidade de recorrer-se a essas definições foi sobretudo a de assinalar a relevância de um estudo que escrevesse esse importante capítulo da história do ensino da língua. Mostrou-se, no entanto, pouco fecundo para a compreensão do que era entendido por ‘estilística’.

O caminho foi, então, percorrer as gramáticas e compêndios, para examinar a prática desse estudo, e, dessarte, inferir a definição. Ficou-nos, desde então, evidente que a ‘estilística’, com uma frequência surpreendente, não se distinguia do catálogo de ‘figuras’ e ‘tropos’, talvez por serem suas principais – senão únicas – ferramentas. Para nos auxiliar no aprofundamento desse conceito, encontramos na obra *Estilística, poética e semiótica literária* (1979), de Alicia Yllera, um mapeamento interessante da ‘estilística’ na Modernidade. Tal levantamento está em processo de análise em nossa pesquisa, e espera-se dele um guia notadamente preciso para a história desse conceito.

Outra observação inevitável foi a indistinção com que os gramáticos, especialmente Rocha Lima, tratavam as ‘figuras’ e os ‘tropos’. Essa fusão entre dois conceitos outrora distintos exige uma interpretação que está em andamento, a partir da leitura das fontes.

Por fim, há de se reforçar a relevância do estudo desse conceito, uma vez que, apesar de ser extremamente vago, é amplamente empregado na área de Letras, inclusive por conceituados autores, o que nos remete novamente à tradição como legitimadora de um gênero e, mais ainda, de um discurso.

Referências bibliográficas:

ALEXANDRE JR., Manuel. Os Exercícios Preparatórios de Retórica: Formas Básicas de Argumentação e Expressão Literária. In: *Retórica Rhetoric*, Actas: I Congresso Virtual do Departamento de Literaturas Românicas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 28 de Março a 1 de Abril de 2005.

ALONSO, Martín. *Ciencia del language y arte del estilo*. Madrid: Aguilar, 1970 [1947].

BARATIN, Marc & DESBORDES, Françoise. *La “troisieme partie” de l’ars gramatica*. *Historiographia Linguistica* 13:2/3. 1986. (pp. 215–240)

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa: cursos de 1º e 2º graus*. 23ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CUNHA, Celso & CINTRA, Luis Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DEZOTTI, Lucas Consolin. *Arte menor e Arte maior de Donato: tradução, anotação e estudo introdutório*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2011.

DUBOIS, Jean. *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FIORIN, José Luiz. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.

FIGUEIREDO, António Cândido de. *Gramática Sintética da Língua Portuguesa: para o ensino secundário*. 7ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1955.

FORTES, Fábio da Silva. *Sintaxe greco-romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na história do pensamento gramatical antigo*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2012.

KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

LALLOT, Jean. *La grammaire de Denys le Thrace*. Paris: CNRS, 1998.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Editores, 1957.

_____. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 21ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.

_____. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 50ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: UNESP, 2004 [1987].

PEREIRA, Eduardo Carlos Pereira. *Gramática Expositiva – Curso Superior*. 65a. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948 [1907].

PEREIRA, Marcos Aurelio. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre da gramática na Institutio oratoria*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2000.

SCHNEIDER, R. & UHLIG, G. *Grammatici Graeci*, 1-3. Leipzig: Teubner, 1878- 1910 (republicado: Hildesheim: Olms, 1965).

TORZI, Ilaria. *Ratio e Usus: Dibattiti antichi sulla dottrina delle figure*. Milão: Vita e pensiero, 2000.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. Introdução. In: MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *Dispensos*. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

VASCONCELLOS, J. Leite de. *Lições de Filologia Portuguesa*. Livros de Portugal. Rio de Janeiro: 1959. Coleção Brasileira de Filologia Portuguesa.

YLLERA, Alicia. *Estilística, poética e semiótica literária*. Coimbra: Almedina, 1979.

Data de envio: 23 de novembro de 2014.

Data de devolução: 20 de junho de 2015.

Data de publicação: 10 de setembro de 2015.